



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Jornal do Dia - 16/02/2016

Crea-SE e Ministério Público firmam pacto pela promoção da acessibilidade

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Sergipe (Crea-SE) e o Ministério Público Estadual celebraram um Termo de Mútua Cooperação Técnica, Científica e Operacional visando estabelecer ação conjunta de fiscalização para assegurar o cumprimento das normas de ordem urbanística e ambiental. A ação também propõe um pacto pela promoção da acessibilidade nos espaços públicos e privados de uso coletivo e visa criar uma conscientização da necessidade de se cumprir a legislação, em especial nas novas obras, e na execução de adequações das já existentes.

O Termo foi assinado, na sede do MP, pelo presidente do Crea-SE, engenheiro agrônomo, Arício Resende e o Pro-

curador-Geral de Justiça, José Rony Silva Almeida. "Este evento reforça a parceria já existente entre a instituição e o CREA-SE e mostra que estamos alinhados na discussão de um tema universal como a acessibilidade". Essa é uma luta de todos para termos cidades mais justas e mais inclusivas e dentro deste cenário, existem soluções, que passam pelo conhecimento dos profissionais das áreas tecnológicas", disse Arício Resende ao reforçar a necessidade de buscar e melhorar as condições que visam atender o direito de todo cidadão no que diz respeito à mobilidade urbana.

"Estamos firmando a renovação de um trabalho que o Ministério Público faz em parceria com o CREA há cer-

ca de 40 anos. A acessibilidade é uma questão emergencial no nosso Estado. Junto com o CREA, o MP reforça condições no sentido de corrigir os problemas encontrados em Sergipe". É o que afirma o Procurador-Geral de Justiça, José Rony Almeida.

Por meio deste acordo, o Crea-SE se compromete a cooperar com o Ministério Público, sempre que solicitado, na discussão e na avaliação da qualidade técnica dos projetos, obras e outras atuações nas áreas da engenharia, quando se tratar de interesse público, buscando, inclusive, a aplicação das normas legais que assegurem as condições de acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.